

TÉCNICO NÍVEL SUPERIOR

ENFERMAGEM

Nome do Candidato: _____

Nº de Inscrição: _____

Assinatura

PROVA 1 – BRANCA
A COR DA CAPA DA SUA PROVA É BRANCA
MARQUE ESSA COR EM SEU CARTÃO RESPOSTA

INSTRUÇÕES AO CANDIDATO

1. Confira se, além desta PROVA, você recebeu o seu CARTÃO RESPOSTA personalizado.
2. Confira se seu nome, número de inscrição, cargo de opção e data de nascimento, constam no seu CARTÃO RESPOSTA. Caso exista algum erro de impressão, comunique imediatamente ao fiscal de sala, para registro da Correção de Dados na Ata de Sala.
3. Somente em caso de urgência pedir ao fiscal para ir ao banheiro, sempre acompanhado do fiscal itinerante, devendo no percurso permanecer absolutamente calado, podendo nesse momento sofrer revista com detectores de metais. Ao sair da sala no término da sua prova, o candidato não poderá utilizar o banheiro.
4. Os fiscais não estão autorizados a emitir opinião e prestar esclarecimentos sobre os conteúdos da prova. Cabe única e exclusivamente ao candidato interpretar e decidir sobre as questões de sua prova.
5. Os três últimos candidatos deverão permanecer em sala aguardando até que todos concluem a prova para assinarem a Ata de Sala.
6. O candidato só poderá retirar-se do local de realização da prova após decorridos 60 (sessenta) minutos do seu início. O candidato somente poderá retirar-se da sala levando sua prova, nos últimos 60 (sessenta) minutos do horário determinado para o término da prova. A inobservância desses horários acarretará a eliminação do candidato.
7. É obrigatória a sua assinatura na LISTA DE PRESENÇA e no CARTÃO RESPOSTA, do mesmo modo como está assinado no seu documento de identificação.
8. A marcação do CARTÃO RESPOSTA deve ser feita somente com caneta esferográfica de tinta preta ou azul. Marcações de lápis não serão consideradas.
9. A maneira correta de marcar as respostas no CARTÃO RESPOSTA é cobrir totalmente o espaço correspondente à letra a ser assinalada, conforme o exemplo no próprio cartão.
10. Em hipótese alguma haverá substituição do CARTÃO RESPOSTA por erro do candidato. A substituição só será autorizada se for constatada falha de impressão.
11. O CARTÃO RESPOSTA é o único documento válido para o processamento de suas respostas.
12. A marcação INCORRETA, OU NÃO MARCAÇÃO, DA COR DA CAPA DA SUA PROVA no CARTÃO RESPOSTA é de sua inteira responsabilidade e implicará na **NÃO CORREÇÃO** da prova.
13. O saco plástico recebido para guarda do material deverá, obrigatoriamente, ser colocados embaixo de sua carteira. O descumprimento dessa medida implicará na eliminação do candidato, constituindo tentativa de fraude.

BOA PROVA!!!!

CONHECIMENTOS BÁSICOS PORTUGUÊS

Leia atentamente o texto a seguir para responder às questões de 1 a 5.

Políticas de conscientização engajam consumidores no consumo responsável de bebidas alcoólicas

01 O jeito de consumir bebidas em bares e restaurantes está mudando. Se
02 antes havia uma preocupação muito maior em relação a "beber mais", hoje, os
03 consumidores estão muito mais atentos à quantidade e à qualidade do que eles
04 ingerem. De certa forma, esse novo movimento tem uma relação direta com o
05 aumento da facilidade com que as pessoas têm encontrado informações sobre
06 o abuso do álcool. Aliado a isso, as empresas do setor têm estimulado seus
07 clientes a consumirem menos e melhor, promovendo, inclusive ações de
08 conscientização.

09 Por outro lado, esse trabalho de conscientização precisa começar desde
10 muito cedo. Afinal, crianças e adolescentes também estão suscetíveis a
11 consumirem bebidas alcoólicas – o que é algo proibido por lei. Levando isso em
12 consideração, a Pernod Ricard, dona de marca como Absolut, Chivas, Jameson
13 e Beefeater, patrocina o programa Na Medida. Promovido na região do sul
14 fluminense, onde a empresa tem uma fábrica, o projeto foi lançado em 2011,
15 em parceria com a ONG Singulares. Na prática, a iniciativa reforça o
16 posicionamento da empresa de que a educação é a chave para a prevenção.

17 O alvo do programa são as escolas de ensino fundamental, que
18 recebem educadores para promover debates e orientar alunos sobre os perigos
19 do consumo precoce do álcool. "Cada oficina realizada pelo projeto proporciona
20 uma experiência única e diferente do que é ser educador. Colocar-se ao lado
21 dos participantes, escutá-los e compartilhar o tema nos dá a possibilidade de
22 lidar com as multiplicidades e compreender as dores e delícias do que é ser
23 jovem atualmente. Sinto-me privilegiada enquanto psicóloga, por facilitar rodas
24 de conversas com debates e compreensões ricas sobre a vida. As
25 reverberações de participar de um encontro como esse ecoam nos alunos e
26 nos profissionais das instituições escolares que abrem as portas prontamente
27 para nos receber", afirma Hislania Fátima dos Santos Nóbrega, educadora do
28 Na Medida.

29 O sucesso do programa já pode ser, inclusive, mensurado. Isso porque
30 ele foi um dos responsáveis para que a Pernod Ricard conquistasse, pelo
31 segundo ano consecutivo, o prêmio "As Melhores Empresas Para Trabalhar no
32 Rio de Janeiro", concedido pela consultoria Great Place To Work (GTW) à
33 fábrica da empresa na região.

34 A escola Professora Jandyra Reis de Oliveira, na cidade de Barra
35 Mansa, no Rio de Janeiro, é uma das agraciadas pelo projeto. "Nós da equipe
36 pedagógica e diretiva ressaltamos o projeto por terem desenvolvido oficinas e
37 palestras em nossa unidade escolar, sempre com temas relevantes e
38 significativos que levam os estudantes a reflexão e, principalmente, a
39 transformação de atitudes e construção de valores", afirma Elisangela Lima
Teixeira, Coordenadora Pedagógica da instituição.

[...]

Disponível em <https://exame.abril.com.br/brasil/fechado-apos-ser-atingido-por-oleo-parque-de-abrolhos-e-reaberto/>

Acessado em 11 de novembro de 2019

Texto adaptado

1 De acordo com o texto, a preocupação com o consumo de bebida alcoólica

- (A) já é notada há muito tempo no público adulto.
- (B) se deve à facilidade de acesso a informação.
- (C) é uma tendência recentemente observada.
- (D) depende do incentivo dos fabricantes.

2 O programa Na Medida, de que trata o texto,

- (A) tem como público alvo os professores de escolas de ensino fundamental.
- (B) estimula os clientes da Pernod Ricard ao consumo mais responsável.
- (C) parte do princípio de que a educação favorece a prevenção.
- (D) propõe a premiação das escolas participantes.

3 Uma vírgula deveria ter sido empregada em

- (A) Aliado a isso, as empresas do setor têm estimulado seus clientes a consumirem menos e melhor, promovendo, inclusive ações de conscientização (linhas 6 a 8).
- (B) Afinal, crianças e adolescentes também estão suscetíveis a consumirem bebidas alcoólicas – o que é algo proibido por lei (linhas 10 e 11).
- (C) Na prática, a iniciativa reforça o posicionamento da empresa de que a educação é a chave para a prevenção (linhas 15 e 16).
- (D) A escola Professora Jandyra Reis de Oliveira, na cidade de Barra Mansa, no Rio de Janeiro, é uma das agraciadas pelo projeto (linhas 34 e 35).

4 A crase não foi representada em

- (A) O jeito de consumir bebidas em bares e restaurantes está mudando. Se antes havia uma preocupação muito maior em relação a "beber mais", hoje, os consumidores estão muito mais atentos à quantidade e à qualidade do que eles ingerem (linhas 1 a 4).
- (B) Aliado a isso, as empresas do setor têm estimulado seus clientes a consumirem menos e melhor, promovendo, inclusive ações de conscientização (linhas 6 a 8).
- (C) Afinal, crianças e adolescentes também estão suscetíveis a consumirem bebidas alcoólicas – o que é algo proibido por lei (linhas 10 e 11).
- (D) "Nós da equipe pedagógica e diretiva ressaltamos o projeto por terem desenvolvido oficinas e palestras em nossa unidade escolar, sempre com temas relevantes e significativos que levam os estudantes a reflexão e, principalmente, a transformação de atitudes e construção de valores", afirma Elisangela Lima Teixeira, Coordenadora Pedagógica da instituição (linhas 35 a 40).

5 O referente do elemento coesivo grifado está incorretamente indicado em

- (A) Se antes havia uma preocupação muito maior em relação a "beber mais", hoje, os consumidores estão muito mais atentos à quantidade e à qualidade do que eles ingerem (linhas 1 a 4) – os consumidores de bebidas alcoólicas.
- (B) Levando isso em consideração, a Pernod Ricard, dona de marcas como Absolut, Chivas, Jameson e Beefeater, patrocina o programa Na Medida (linhas 11 a 13) – a lei que proíbe o consumo de álcool por crianças e adolescentes.
- (C) Promovido na região do sul fluminense, onde a empresa tem uma fábrica, o projeto foi lançado em 2011, em parceria com a ONG Singulares (linhas 13 a 15) – a região sul do Estado do Rio de Janeiro.
- (D) As reverberações de participar de um encontro como esse ecoam nos alunos e nos profissionais das instituições escolares que abrem as portas prontamente para nos receber", afirma Hislania Fátima dos Santos Nóbrega, educadora do Na Medida (linhas 24 a 27) – as instituições escolares em que o programa funciona.

ATUALIDADES

6 “Em Vinto, cidade de 60 mil habitantes do departamento de Cochabamba, a prefeita Patricia Arce – indígena e correligionária de Evo – foi humilhada por um grupo de homens da oposição. Além dos insultos, Arce foi coberta com tinta vermelha, arrastada pelas ruas da cidade e teve os cabelos cortados à força. Ao estilo miliciano, a turba só parou quando a polícia chegou. Finalmente, no dia da queda do governo, os ataques chegaram também às casas de Evo e sua irmã, Ester Morales.” (<https://theintercept.com/2019/11/12/golpe-caminho-ultraconservadorismo/>. Acessado em 20 de novembro de 2019)

O trecho da reportagem publicada no site do The Intercept faz referência a acontecimentos que estão relacionados à deposição do Presidente Evo Morales, que governou a(o)

- (A) Bolívia).
- (B) Venezuela.
- (C) Chile.
- (D) Haiti.



7 As afirmações abaixo se referem ao salário mínimo:

I – o artigo 7º da Constituição Federal do Brasil estabelece como um dos direitos dos trabalhadores urbanos e rurais o salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender às suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim;

II - variações no nível do salário mínimo podem ter uma multiplicidade de efeitos sobre o funcionamento da economia em geral. Esses efeitos tendem a ser multifacetários, conjugando impactos positivos em algumas dimensões e negativos em outras;

III - o salário mínimo foi instituído no Brasil pelo presidente Costa e Silva, através da lei nº 185, de janeiro de 1968, e pelo decreto-lei nº 399, de abril de 1968. O mesmo passou a vigorar a partir de 01 de maio de 1970, quando o decreto-lei nº 2162 fixou seus valores.

IV - o salário mínimo, em 2019, passou de R\$ 954 para R\$ 998. De acordo com o decreto assinado pelo presidente Jair Bolsonaro, o valor diário do salário mínimo ficou em R\$ 33,27 e o valor por hora, em R\$ 4,54.

São verdadeiras apenas as afirmações

- (A) I, II e III.
- (B) I, III e IV.
- (C) II e IV.
- (D) I, II e IV.

RASCUNHO

8 São prescrições estabelecidas pela Lei 13415, de 16 de fevereiro de 2017:

I- a criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade;

II- o currículo do ensino médio será composto pela Base Nacional Comum Curricular e por itinerários formativos, que deverão ser organizados por meio da oferta de diferentes arranjos curriculares, conforme a relevância para o contexto local e a possibilidade dos sistemas de ensino, a saber: linguagens e suas tecnologias; matemática e suas tecnologias; ciências da natureza e suas tecnologias; ciências humanas e sociais aplicadas; formação técnica e profissional;

III- para efeito de cumprimento das exigências curriculares do ensino médio, os sistemas de ensino poderão reconhecer competências e firmar convênios com instituições de educação a distância com notório reconhecimento, mediante as seguintes formas de comprovação: demonstração prática; experiência de trabalho supervisionado ou outra experiência adquirida fora do ambiente escolar; atividades de educação técnica oferecidas em outras instituições de ensino credenciadas; cursos oferecidos por centros ou programas ocupacionais; estudos realizados em instituições de ensino nacionais ou estrangeiras; cursos realizados por meio de educação a distância ou educação presencial mediada por tecnologias;

IV- nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.

São corretas apenas as afirmativas

- (A) I e II.
- (B) II e III.
- (C) I e IV.
- (D) III e IV.

9 Sobre a internet, é correto afirmar que a

I- Internet e a World Wide Web (WWW) são sinônimos;

II- World Wide Web (WWW) viabiliza a transmissão de imagens, som e vídeo pela rede;

III- World Wide Web (WWW) é um sistema de informação e este serviço permite ter acesso às informações ligadas/relacionadas entre si através do protocolo HTTP (HyperText Transfer Protocol).

As afirmações I, II e III são, respectivamente,

- (A) falsa; falsa; verdadeira.
- (B) falsa; verdadeira; verdadeira.
- (C) falsa; falsa; falsa.
- (D) verdadeira; verdadeira; verdadeira.

10 O Art. 144 da Constituição Federal do Brasil define que a segurança pública, deve ser exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, por meio dos seguintes órgãos:

I- a polícia federal, que destina-se, entre outras funções, a exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União;

II- as polícias militares, que estão incumbidas, ressalvada a competência da União, das funções de polícia judiciária e da apuração de infrações penais, exceto as militares;

III- a polícia rodoviária federal, órgão permanente, estruturado em carreira, que destina-se, na forma da lei, ao patrulhamento ostensivo das rodovias federais;

IV- as Forças Armadas, responsáveis pela polícia ostensiva e pela preservação da ordem pública.

São corretas apenas as afirmativas

- (A) I e IV.
- (B) I e III.
- (C) II e III.
- (D) III e IV.

REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS DO ESTADO DO PARÁ

11 Nas suas Disposições Preliminares, a Lei n.º 5.810, de 24/11/1994, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis do Pará, define a sua abrangência em relação aos servidores

- (A) somente do Poder Executivo.
- (B) somente dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.
- (C) somente dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e do Ministério Público.
- (D) dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e dos Tribunais de Contas.

12 Considerando-se o que determina a Lei n.º 5.810, de 24/11/1994, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis do Pará, é correto afirmar que o servidor estável aprovado em outro concurso público

- (A) fica sujeito a estágio probatório no novo cargo, por período de dois anos, desde que seja um cargo diferente do ocupado anteriormente.
- (B) fica dispensado do estágio probatório no novo cargo.
- (C) fica dispensado do estágio probatório no novo cargo caso passe a ocupar o mesmo cargo público, desde que já tenha sido avaliado.
- (D) fica sujeito a estágio probatório no novo cargo, por período de cinco anos.

13 A Constituição Federal Brasileira define que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família e que esse dever estatal será efetivado mediante algumas garantias, entre as quais a(o)

- (A) universalização da educação básica e do ensino superior gratuito.
- (B) atendimento educacional especializado às Pessoas com Deficiência Física na rede regular de ensino.
- (C) acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um.
- (D) oferta de ensino noturno regular para todos os que não tiveram acesso na idade própria.

14 Diz a Constituição Federal Brasileira que “o acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo”. Isso significa dizer que

- (A) qualquer cidadão pode constranger judicialmente o estado para exercer o direito à educação escolar.
- (B) esse direito não é objetivo, portanto pode ser assegurado ou não.
- (C) o direito à educação depende da interpretação subjetiva das autoridades do executivo e do judiciário.
- (D) o direito à educação escolar depende de normas regulamentadoras para que possa ser exercido pelo cidadão.

15 A Procuradoria-Geral da República (PGR), em setembro de 2019, ajuizou no Supremo Tribunal Federal (STF) ação contra medidas que possam limitar a liberdade de professores, incluindo o movimento conhecido como “escola sem partido”. Em coletiva realizada, a ex-Procuradora Geral da República, Raquel Dodge, disse que o projeto Escola sem Partido “fere a autonomia dos professores, a autonomia de cátedra” e “fortalece um tipo de instrução baseado num pensamento único” (<https://www.palmasaqui.com.br/destaque/pgr-ajuiza-acao-no-stf-contras-censura-a-docentes-na-abordagem-plural-nas-escolas/>).

Na sua ação, o Ministério Público argumenta que esse projeto fere os “princípios constitucionais caros à educação, como o preparo para o exercício da cidadania (art. 205), a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a pluralidade de ideias e de concepções pedagógicas, e a gestão democrática do ensino público (art. 206, II, III e VI)”, pois:

- (A) incita a “doutrinação” política e ideológica e a emissão de opiniões político-partidárias, religiosas ou filosóficas de professores em sala de aula.
- (B) favorece a implantação de práticas de cunho persecutório, de censura e delação em sala de aula.
- (C) promove a livre manifestação de convicções morais, religiosas ou ideológicas eventualmente contrárias às de estudantes, pais ou responsáveis por parte de docentes.
- (D) autoriza abordagens de questões relacionadas a gênero e sexualidade por parte dos docentes.

PLANO E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DA UEPA- PDI (2017-2027)

16 O PDI da UEPA anuncia, em acordo com o que estabelece o artigo 9º do Estatuto da Universidade, os princípios fundamentais da Universidade do Estado do Pará. Entre estes princípios, pode-se citar o(a)

- (A) desenvolvimento da filosofia, da ciência, da tecnologia, das letras e das artes, comprometido com o processo de humanização da sociedade.
- (B) defesa dos direitos humanos e a preservação do meio ambiente.
- (C) respeito à ética e à diversidade étnica, cultural, biológica, de gênero e de orientação sexual.
- (D) flexibilidade de métodos, critérios e procedimentos acadêmicos.

17 Um dos objetivos da área do ensino de graduação anunciados no PDI da UEPA é

- (A) melhorar a capacidade de desenvolvimento institucional e de gestão operacional.
- (B) ampliar o acesso e a permanência à educação superior em áreas e/ou regiões estratégicas para o desenvolvimento do estado.
- (C) aprimorar o Sistema de Gestão Acadêmica.
- (D) promover cursos para elaboração e gestão de projetos.

18 É uma estratégia prevista no PDI da UEPA para alcançar a meta três da área de extensão da Universidade

- (A) implementar o Programa de Mobilidade Nacional na Graduação.
- (B) ampliar a oferta de cursos e programas de educação superior por meio de convênios, consórcios, contratos, parcerias e participação em editais.
- (C) promover a formação continuada dos profissionais da educação, especificamente assessoria pedagógica e docente.
- (D) fortalecer e ampliar a política de bolsas nos projetos de extensão e projetos acadêmicos.

19 Atualmente, os Centros Acadêmicos existentes na estrutura organizacional da UEPA são:

- (A) Centro de Filosofia, Ciências Humanas e Educação – CFCHE; Centro de Ciências Biológicas e da Saúde - CCBS; Centro de Ciências e Tecnologia – CCT.
- (B) Centro de Ciências Naturais e Tecnologia – CCNT; Centro de Ciências da Saúde – CCS; Centro de Educação e Ciências Sociais – CECS.
- (C) Centro de Ciências Sociais e Educação - CCSE; Centro de Ciências da Sociedade – CCS; Centro de Ciências Biológicas e da Saúde – CCBS.
- (D) Centro de Ciências Biológicas e da Saúde - CCBS; Centro de Ciências Sociais e Educação - CCSE; Centro de Ciências Naturais e Tecnologia - CCNT.

20 Uma das diretrizes pedagógicas que norteiam as ações da Universidade do Estado do Pará, previstas no PDI da Instituição, é

- (A) desenvolver ações que visem à internacionalização de currículo acadêmico.
- (B) combater / enfrentar a evasão no ensino superior.
- (C) acompanhamento psicopedagógico da comunidade acadêmica.
- (D) ampliar a oferta de cursos e programas de educação superior por meio de convênios, consórcios, contratos, parcerias e participação em editais.

TÉCNICO NÍVEL SUPERIOR – ENFERMAGEM

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21 O HumanizaSUS – Política de Humanização do SUS – tem como finalidade promover mudanças no modelo de atenção e gestão com foco nas necessidades dos cidadãos, na produção de saúde e nos processos de trabalho que valorizem os trabalhadores (BRASIL, 2004). A Política de Humanização no nível da Atenção Básica tem como diretriz a seguinte ação:

- (A)** desenvolver projetos de saúde para pessoas e comunidades do SUS que considerem as políticas intersetoriais e as necessidades de saúde.
- (B)** incentivar práticas curativas de saúde centradas na realização de exames e na utilização de medicamentos previstos nos protocolos assistenciais.
- (C)** estabelecer formas de acolhimento que promovam o conforto para os profissionais, a diminuição das filas e os encaminhamentos para os níveis do sistema.
- (D)** assumir compromissos com as intervenções em saúde, quando necessárias, com vistas a aumentar o grau de responsabilidade visando à redução de custos na atenção em saúde.

22 Para implementar ou implantar a Política de Humanização do SUS nos diferentes níveis de atenção, de acordo com as orientações de Brasil (2004), consideram-se as seguintes iniciativas:

- (A)** ampliar o diálogo entre os profissionais e desses com os gestores; limitar o diálogo entre os profissionais e a população para minimizar conflitos e fortalecer o compromisso com o sujeito e seu coletivo.
- (B)** implantar, incentivar e fomentar os Grupos de Trabalho de Humanização com planos de ação definidos; estimular práticas resolutivas e racionalizar adequadamente o uso de medicamentos com vistas a reduzir as práticas de intervenções desnecessárias.
- (C)** realizar reformas prediais, atualizar parque tecnológico das instituições e implantar pesquisa de satisfação do profissional.
- (D)** orientar os clientes sobre as normas e rotinas dos serviços, pois deverão seguir com rigor independente de seus conhecimentos e culturas e promover privacidade e conforto de acordo com a realidade dos serviços.

23 A eliminação da sífilis congênita é objetivo brasileiro há décadas. Apesar dos avanços, a complexidade dos fatores que interferem na cadeia de transmissão permanece enquanto desafio para os serviços de saúde. Nesse aspecto, o Ministério da Saúde (2015) lançou o Caderno de Boas Práticas, que compreende ações exitosas desenvolvidas em vários estados da federação. Dentre essas ações destaca-se a seguinte:

- (A)** em Vitória da Conquista, realizam-se campanhas específicas para a execução das triagens de HIV e sífilis com a disponibilização de testes exclusivamente para gestantes. Essa iniciativa tem se revelado uma estratégia eficaz para atingir boa parte da população vulnerável.
- (B)** em Londrina, constitui-se Grupo de Trabalho Sífilis multidisciplinar composto especificamente por médicos, assistentes sociais e psicólogos, além dos representantes do Comitê de Mortalidade Materna e Infantil.
- (C)** no Estado da Bahia, foram criadas estratégias inovadoras de eliminação da Sífilis, dentre estas a administração de Penicilina pelos profissionais de Enfermagem, desde que na presença de médicos habilitados e com todos os insumos possíveis para suporte nos casos de choque anafilático.
- (D)** no município de São Paulo, antes de se aplicar a penicilina na atenção básica, utiliza-se um questionário e a realização de teste de sensibilização. Caso a alergia não seja descartada após a aplicação do questionário e do teste de sensibilização, a paciente é encaminhada para a Imunologia do Hospital das Clínicas para dessensibilização, se necessário.

24 O Sarampo é uma doença viral aguda grave, que atinge principalmente crianças menores de cinco anos de idade, desnutridas e imunodeprimidas. De acordo com o Boletim Epidemiológico da Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde (SVS/MS, 2019), neste ano foram notificados 49.613 casos suspeitos de sarampo. Desses, foram confirmados 10.429 (21,0%), sendo 8.235 (79,0%) por critério laboratorial e 2.194 (21,0%) por critério clínico epidemiológico. Foram descartados 19.647 (39,6%) casos e permanecem em investigação 19.537 (39,4%). Considerando que a doença é caracterizada como um problema de saúde pública brasileiro, é correto afirmar que

- (A) a transmissão do sarampo ocorre entre as pessoas através de gotículas de salivação expelidas por tosse, fala, espirro ou respiração próxima. Nesse sentido, as únicas formas de evitar a doença é lavar as mãos, proteger o nariz e a boca com lenços e manter distância das pessoas durante a respiração e a fala.
- (B) os sintomas da doença são febre e tosse, irritação nos olhos, nariz escorrendo ou entupido e mal estar. Em torno de oito dias, podem aparecer manchas vermelhas nos braços e tórax que se espalham pelo corpo.
- (C) a vacinação contra a doença é indicada conforme as situações de dosagem e faixa etária: dose zero, todas as crianças de 6 meses a menores de 1 ano. Primeira dose: crianças que completarem 12 meses. Segunda dose: aos 15 meses de idade. Última dose, por toda a vida.
- (D) a vacinação nos adultos segue as seguintes recomendações: quem tomou uma única dose entre 1 a 29 anos não precisa tomar outra dose da vacina. De 30 a 49 anos, apenas uma dose.

25 Os estudos de Barp M. Carneiro VSM; Amaral KVA; Pagotto V e Malaquias SG (2018) revelam que o Enfermeiro tem papel relevante na avaliação e prevenção do Tromboembolismo Venoso (TEV). Dentre as atribuições desse profissional está a seguinte:

- (A) o enfermeiro realiza a avaliação de risco de TEV, intervenções mecânicas e físicas e ensina os pacientes sobre TEV.
- (B) o enfermeiro, enquanto líder da equipe de enfermagem, é o responsável primário pela prevenção do TEV, cria as metas de cuidados, controla e avalia o desempenho da equipe multiprofissional com relação às ações realizadas e reprograma novas ações em casos de necessidade.
- (C) o enfermeiro deve elaborar e seguir um fluxo de cuidados estabelecido em protocolo assistencial para prevenção de TEV. Quanto mais rigoroso e complexo for esse fluxo de avaliação de risco dos pacientes internados, maiores serão a adesão dos profissionais e a garantia dos cuidados de prevenção de TEV.
- (D) o enfermeiro deve elaborar planos de cuidados para prevenção de TEV somente nos períodos trans e pós-operatório recente ou nos casos de traumas, pois estudos mostram que 60% dos casos provêm de pacientes hospitalizados em pós-operatório.

26 A Resolução Cofen nº 567/2018 regulamenta a atuação de enfermagem no cuidado aos pacientes com feridas. Dentre os conteúdos dos artigos que tratam essa Resolução, é correto afirmar o seguinte:

- (A) Art. 2º- o enfermeiro tem autonomia para abertura de Clínica/Consultório de Prevenção e Cuidado de pessoas com feridas, respeitadas as competências técnicas e legais.
- (B) Art. 3º- cabe ao enfermeiro coordenador ou responsável técnico pelos serviços de Enfermagem a participação na avaliação, elaboração de protocolos, seleção e indicação de novas tecnologias em prevenção e tratamento de pessoas com feridas.
- (C) Art. 4º- cabe aos Conselhos Regionais de Enfermagem adotar as medidas punitivas necessárias caso o Enfermeiro não atue frente aos cuidados com feridas e não faça cumprir os requisitos desta Resolução.
- (D) Art. 5º- cabe ao enfermeiro cumprir as prescrições médicas para realização de curativos de acordo com a fase de cicatrização das feridas.

- 27 A Portaria nº 529, de 1º de abril de 2013, do Ministério da Saúde institui o Programa Nacional de Segurança do Paciente (PNSP) em razão da magnitude que os Eventos Adversos têm no Brasil. No âmbito dos objetivos específicos estabelecidos nessa Portaria, considera-se a seguinte recomendação:
- (A) promover a produção de cartazes distribuídos por todas as instituições em que constem os passos do Programa Nacional de Segurança do Paciente e processos de aprimoramento da equipe de Enfermeiros gestores e assistenciais de enfermagem sobre segurança do paciente.
 - (B) estimular a cultura de segurança com ênfase no aprendizado e aprimoramento organizacional, engajamento dos profissionais na prevenção de incidentes, com ênfase em sistemas seguros, incluindo os processos de responsabilização individual.
 - (C) produzir e difundir conhecimentos sobre segurança do paciente exclusivamente para profissionais de saúde que atuam em instituições de saúde. O assunto segurança do paciente não deve ser atividade curricular no ensino técnico, na graduação e na pós-graduação na área da saúde.
 - (D) promover e apoiar a implementação de iniciativas direcionadas à segurança do paciente em diferentes áreas da atenção, organização e gestão de serviços de saúde, por meio da implantação da gestão de risco e de Núcleos de Segurança do Paciente nos estabelecimentos de saúde.

28 A Agência Nacional de Vigilância Sanitária elaborou Nota Técnica - GVIMS/GGT nº 03/2017 sobre Práticas seguras para prevenção de Lesão por Pressão em serviços de saúde. Dentre tais práticas, que agregam ações e registros em prontuário, estão as seguintes:

- (A) realizar avaliação de risco em pacientes idosos, crianças, emagrecidos e aqueles que apresentam potencial de risco para desenvolver Lesão por Pressão; realizar avaliação dos riscos antes e durante a internação duas vezes por dia de pacientes submetidos à pressão por dispositivos, como cateteres, tubos e drenos três vezes ao dia.
- (B) promover para o paciente o uso de colchão especial, almofadas e/ou de coxins para redistribuir a pressão; apoiar travesseiros, coxins ou espumas na altura da panturrilha, a fim de erguer os pés e proteger os calcanhares; prover higiene corporal, mantendo a pele limpa e seca.
- (C) hidratar diariamente a pele do paciente com produtos conforme prescrição médica; fazer balanceamento hídrico e estimular hidratação oral de acordo com o resultado do balanço hídrico; estimular a umidade da pele, quando necessário.
- (D) trocar o paciente de posição a cada meia hora para reduzir a pressão local; orientar a equipe multiprofissional sobre a prevenção e o tratamento das lesões por pressão.

29 Um dos seis Passos de Segurança do Paciente, determinados no Programa Nacional de Segurança do Paciente (PNSP), é

- (A) identificar primeiro e último nome do paciente.
- (B) melhorar a comunicação entre enfermeiros e técnicos de enfermagem.
- (C) melhorar a segurança dos médicos no ato de prescrever e dos profissionais de enfermagem durante a administração de medicamentos.
- (D) assegurar a cirurgia em local de intervenção, procedimentos e pacientes corretos.

30 A Resolução RDC nº 222, de 28 de março de 2018, dispõe sobre os requisitos de boas práticas de gerenciamento dos Resíduos de Serviços de Saúde (RSS). Sobre essa Resolução é correto afirmar que

- (A) o manejo dos RSS inclui as seguintes etapas: segregação, separação, acondicionamento, identificação, transporte interno e externo, destinação e disposição final.
- (B) a identificação do material segregado deve estar inserida de acordo com os protocolos estabelecidos pela instituição, desde que respeitadas as denominações de substâncias infectantes, perfuro cortante e rejeito radioativo.
- (C) o transporte interno dos resíduos deve atender a roteiro e horários que sejam coincidentes com a distribuição de roupas, alimentos e medicamentos para evitar fluxos dos serviços com os horários de visitas ou de atividades com pacientes.
- (D) o tratamento dos resíduos compreende a reutilização desses sem causar danos ao meio ambiente. Os sistemas para tratamento de resíduos de serviços de saúde não necessitam de licenciamento ambiental e devem ser feitos sobre total responsabilidade da Instituição, sendo essa passível de fiscalização e de controle pelos órgãos de vigilância sanitária e de meio ambiente.

31 A Resolução 564/2017 do Conselho Federal de Enfermagem aprova o novo Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem. O capítulo III trata das proibições, dentre as quais está a seguinte:

- (A) Art. 98- Publicar resultados de pesquisas que identifiquem o participante do estudo e/ou instituição envolvida, sem a autorização prévia.
- (B) Art. 69- Utilizar o poder que lhe confere o cargo para possibilitar a diversidade de opiniões, ideologias políticas visando a facilitar as relações institucionais, o trabalho em equipe e o exercício profissional.
- (C) Art. 79- Prescrever qualquer tipo de medicamentos, exceto em situações de emergência.
- (D) Art. 89- Indisponibilizar o acesso às informações e a documentos para terceiros que não estão diretamente envolvidos na prestação da assistência de saúde ao paciente, pois todos têm direito às informações.

32 O Manual Instrutivo da Rede de Atenção às Urgências e Emergências (RUE) no Sistema Único de Saúde (SUS), elaborado pelo Ministério da Saúde (2013), aponta diretrizes para a implantação da RUE, dentre as quais está/estão a(s) seguinte(s):

- (A) universalidade, equidade e integralidade da atenção às situações de urgências obstétricas, pediátricas e as relacionadas às causas externas como traumatismos, violências e acidentes.
- (B) formação de relações horizontais, articulação e integração entre os pontos de atenção, tendo a atenção hospitalar como centro de comunicação.
- (C) classificação de risco e regulação do acesso aos serviços de saúde.
- (D) humanização da atenção com foco nos profissionais e nas condições de trabalho para que se possa ofertar um cuidado efetivo ao paciente.

33 De acordo com o Ministério da Saúde (2013), dentre as estratégias prioritárias na Rede de Atenção à Urgência e Emergência destacam-se

- (A) qualificação das portas hospitalares de urgência e emergência e da emergência, estratégicas para a RUE, e da atenção ao paciente crítico ou grave por meio da qualificação das unidades de terapia intensiva.
- (B) regulação dos leitos de retaguarda clínicos; criação das unidades de isolamentos e de hospitais especializados em atenção psiquiátrica e para idosos.
- (C) qualificação da atenção por meio da organização das linhas de cuidados, como psiquiátrica, obstétrica, oftalmológica, cardiovascular e traumatológica.
- (D) definição da atenção domiciliar organizada por intermédio das equipes de enfermagem de atenção domiciliar (ENAD) e das equipes de enfermagem de apoio (ENAP).

34 O Programa Melhor em Casa, lançado pelo Ministério da Saúde, é indicado para pessoas com dificuldades passageiras ou definitivas de sair de suas residências para chegar ao atendimento de saúde ou para pessoas que estejam em situações em que a atenção domiciliar seja mais adequada para o seu tratamento. A atenção domiciliar vislumbra um cuidado mais próximo da rotina da família, com vistas a evitar hospitalizações desnecessárias e diminuir o risco de infecções. Sobre esse Programa é correto afirmar que

- (A) é composto por diversos profissionais de Medicina e Enfermagem que realizam atendimento no domicílio das pessoas necessitadas de cuidados de saúde menos complexos.
- (B) o acesso ao atendimento domiciliar pelo Programa Melhor em Casa é geralmente feito no hospital em que o usuário estiver internado ou, ainda, por solicitação da equipe de Saúde da Família/Atenção Básica ou da Unidade de Pronto Atendimento (UPA).
- (C) os pacientes que precisam de equipamentos e outros recursos de saúde que demandam maior frequência de cuidado, como acompanhamento contínuo, não podem ser assistidos pelo Programa Melhor em Casa.
- (D) caso alguém da comunidade precise do Programa Melhor em Casa, deve agendar uma consulta médica e esse profissional emitir uma guia de referência solicitando esse tipo de atendimento.

35 Dentre os princípios e as instruções para o Cuidado das Pessoas com Doenças Crônicas, conforme estabelecido no Caderno de Atenção Básica do Ministério da Saúde (2014), consideram-se os seguintes:

- (A) propiciar o acesso e o acolhimento aos usuários com doenças crônicas em todos os pontos de atenção; humanizar a atenção; efetivar um modelo centrado no usuário e baseado nas necessidades de saúde.
- (B) garantir a autonomia dos profissionais na constituição de estratégias de apoio ao cuidado do paciente e equidade a partir do reconhecimento dos determinantes sociais da saúde.
- (C) prover a formação profissional e educação permanente de pacientes, familiares e profissionais para qualificação do cuidado e autocuidado, de acordo com as diretrizes da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde.
- (D) garantir o atendimento dos portadores de doenças crônicas, principalmente idosos, mulheres e cardiopatas.

36 O Programa Nacional de Prevenção e Controle de Infecções relacionadas à Assistência à Saúde da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (2016) tem como objetivo diminuir no contexto nacional a incidência de Infecções Relacionadas à Assistência à Saúde (IRAS) em serviços de saúde. Nesse sentido, dentre os objetivos específicos traçados para os anos 2016-2020 consta o seguinte:

- (A) estabilizar a incidência das IRAS no Sistema Nacional de Vigilância Epidemiológica.
- (B) extinguir nas regiões a incidência das IRAS prioritárias.
- (C) reduzir a disseminação da resistência microbiana em serviços de saúde.
- (D) capacitar 100% os profissionais sobre a prevenção das IRAS na assistência à saúde.

37 A Resolução do Conselho Federal de Enfermagem nº 0599/2018 determina Norma Técnica para atuação da Equipe de Enfermagem em Saúde mental e Psiquiatria. A equipe de enfermagem da Saúde Mental e Psiquiatria é formada por Enfermeiros, Técnicos de Enfermagem e Auxiliares de Enfermagem. Esses profissionais devem realizar suas atribuições em conformidade com o disposto na Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986, e o Decreto nº 94.406, de 08 de junho de 1987, que regulamentam o exercício da Enfermagem no país. Dentre as competências do Enfermeiro indicam-se as seguintes:

- (A) implantar as práticas integrativas e complementares; incentivar o desenvolvimento do Projeto Terapêutico Singular dos usuários nos serviços em que atua; prescrever medicações padronizadas aos usuários em sofrimento psíquico; supervisionar o funcionamento dos grupos terapêuticos.
- (B) planejar, coordenar, organizar, dirigir e avaliar o serviço de enfermagem na atenção em saúde mental e psiquiatria; realizar Processo de Enfermagem por meio da consulta de enfermagem em saúde mental com o objetivo de viabilizar a Sistematização da Assistência de Enfermagem; prescrever cuidados de enfermagem voltados à saúde do indivíduo em sofrimento mental; utilizar modelos teóricos para fundamentar e sistematizar as ações de cuidado de enfermagem em saúde mental, por meio do Processo de Enfermagem.
- (C) supervisionar as ações para o desenvolvimento do processo de reabilitação psicossocial; realizar registro escrito dos trabalhos em grupo no livro de ocorrências, aplicar testes e escalas em Saúde Mental quando da ausência de outros profissionais e se necessário.
- (D) realizar, privativamente, a regulação do acesso aos leitos de acolhimento noturno, com base em critérios clínicos, em especial, desintoxicação e/ou critérios psicossociais, como a necessidade de observação, repouso e proteção, manejo de conflito, dentre outros.

38 De acordo com a Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986, e o Decreto nº 94.406, de 08 de junho de 1987, que regulamentam o exercício da Enfermagem no País, está/estão entre as competências do Enfermeiro Generalista na área da Saúde da Mulher

- (A) realizar Manobra de Kristeller em partos difíceis.
- (B) a execução e assistência obstétrica em situação de emergência e execução do parto sem ou com distócia.
- (C) a identificação das distócias obstétricas e a tomada de providências até a chegada do médico.
- (D) a prestação de assistência de enfermagem à gestante, parturiente, puérpera e ao recém-nascido e o acompanhamento da evolução e do trabalho de parto.

39 A Resolução do Conselho Federal de Enfermagem 358/2009 dispõe sobre a Sistematização da Assistência de Enfermagem e a implementação do Processo de Enfermagem em ambientes públicos ou privados, em que ocorre o cuidado profissional de Enfermagem, e dá outras providências como a seguinte:

- (A) art. 1º- O Processo de Enfermagem deve ser realizado, de modo deliberado e sistemático, nos ambientes hospitalares dos serviços públicos em que ocorre o cuidado profissional de Enfermagem.
- (B) art. 2º- O Processo de Enfermagem organiza-se em cinco etapas inter-relacionadas, interdependentes e recorrentes.
- (C) art. 3º- O Processo de Enfermagem compreende a coleta de dados, o diagnóstico de enfermagem, o planejamento das ações e as intervenções de enfermagem, e o modelo a ser utilizado pode ser criado e/ou adaptado conforme o perfil e a cultura da instituição.
- (D) art. 4º- Ao enfermeiro, observadas as disposições da Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986, e do Decreto nº 94.406, de 08 de junho de 1987, que a regulamenta, incumbe a execução e avaliação do Processo de Enfermagem, de modo a alcançar os resultados de enfermagem esperados.

40 A Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa, normatizada pela Portaria GM/MS nº 2.528, de 19 de outubro de 2006, estabelece as seguintes orientações:

- (A) envelhecimento lento e saudável.
- (B) atenção integral e integrada à saúde da pessoa idosa.
- (C) estímulo às ações institucionais.
- (D) fortalecimento das iniciativas profissionais.

RASCUNHO